

Estratégias de Desenvolvimento, Mineração e Desigualdades: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado- CLUA

POVOS KOKAMA E TIKUNA DE BENJAMIN CONSTANT (AM) - MOVIMENTO PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA TRADICIONALMENTE OCUPADA



BOLETIM
INFORMATIVO

13

Boletim Informativo Edição : Setembro 2019-Fevereiro 2020
PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA-PNCSA

COORDENAÇÃO GERAL

Patrícia Maria Portela Nunes (PPGCSPA/UEMA)
Cynthia de Carvalho Martins (PPGCSPA/UEMA)
Emmanuel de Almeida Farias Júnior (PPGCSPA/UEMA)
Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA/UEA, CNPq)

Agencia Financiadora: Climate and Land Use Alliance – CLUA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA DESTE BOLETIM:

Laboratório de Cartografia Social da Amazônia
Núcleo do Nova Cartografia Social da Amazônia de Tabatinga (NCSA)
Reginaldo Conceição da Silva

EQUIPE DE PESQUISA DE CAMPO:

Reginaldo Conceição da Silva (Coord.)
Matheus Acosta da Silva
Fabiana da Silva Martins
Runis de Araújo da Silva
Brian Angelo Sandoval Sanches
Armando Freire da Costa Neto
Simone Martins de Souza

EQUIPE DE PESQUISA DE LABORATÓRIO:

Rodrigo Oliveira Braga Reis
Antônia Ivanilce Castro da Silva
Tacíana de Carvalho Coutinho
Jonas Dias de Souza
Maria Rita de Cássia Lima da Silva
Pedro Henrique Coelho Rapozo
Máximo Alfonso Rodrigues Billacrés
Joilson Franco Aguiar
Mateus da Silva Teixeira

EDIÇÃO:

Reginaldo Conceição da Silva
Matheus Acosta da Silva
Murana Arenillas Oliveira

TRANSCRIÇÃO

Matheus Acosta da Silva
Runis de Araújo da Silva
Brian Angelo Sandoval Sanches
Fabiana da Silva Martins
Claudemar Oliveira Rodrigues
Luciene Gouvêa dos Santos
Jhuliete Bernardino dos Santos

FOTOGRAFIAS E ENTREVISTAS

Reginaldo Conceição da Silva
Matheus Acosta da Silva
Brian Angelo Sandoval Sanches
Armando Freire da Costa Neto
Simone Martins de Souza
Runis de Araújo da Silva

CAPA/PROJETO GRÁFICO: Murana Arenillas

FOTO DA CAPA: Atividade de elaboração dos croquis.
Acervo: NCSA, 2019.

Apoio logístico: Eriki Aleixo

Projeto Estratégias de Desenvolvimento, Mineração e Desigualdades: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado- CLUA

CARTOGRAFIA:

Janilson Gonçalo Rubem
Jailson Franco Aguiar
Mateus da Silva Teixeira
Luís Augusto Pereira Lima

REVISÃO CARTOGRÁFICA:

Reginaldo Conceição da Silva
Pedro Henrique Coelho Rapozo
Laboratório de Nova Cartografia Social da Amazônia de
Manaus

PARTICIPANTES DA OFICINA - Comunidade Bom Jardim (10/2019 e 03/2020):

Jorge Aianbo Zueroque	Sanderley Almeida Forte	Helia Moura Gomes
Moacir Otaviano Feliciano	Alirio Mendes Moraes	Lucia Maria Lopes
Joedson Guilherme Feliciano	Ribamar Otaviano Guilherme	Elvis Gola Herrera
Francisco da Silva Moura	Elizabete Angolo Gonsalves	
Elizangela Lopes	Lucilene Salvador Mariano dos Santos	
Samuel Lopes Moraes	Josiane Otaviano Guilherme	

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL:

Antônio Caldas da Luz
Avelino Janiário Assipar – Ex Cacique

TÍTULO DO BOLETIM: Conforme solicitação dos indígenas participantes desta pesquisa, o título inicial sugerido para este Boletim “Povos Tikuna e Kokama de Benjamin Constant-Movimento pela demarcação da terra tradicionalmente ocupada”, foi alterado para “Povos Kokama e Tikuna de Benjamin Constant-Movimento pela demarcação da terra tradicionalmente ocupada”.

APOIO:

AÉREO IMAGENS: Fotografias e Filmagens Aérea.
Núcleo de Estudo Socioambientais da Amazônia – NESAM-UEA.
Núcleo de Etnoecologia na Amazônia Brasileira – NETNO. (INC/UFAM)
LACED/PPGAS/MN
Diversidade, Biologia, Química e Conservação de Recursos e Ecossistemas Amazônicos (INC/UFAM)

PNCSA

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

COORDENAÇÃO GERAL:

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA/UEA, CNPq)
Cynthia de Carvalho Martins (PPGCSPA/UEMA)
Rosa Acevedo Marin (UFPA/NAEA/PNCSA)

FICHA CATALOGRÁFICA

B688 Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado / Povos Kokama e Tikuna de Benjamin Constant – Movimento pela demarcação da terra tradicionalmente ocupada. – N. 13 (setembro. 2019). – São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

Irregular

Coordenação Geral da Pesquisa: Patrícia Maria Portela Nunes, Cynthia de Carvalho Martins, Emmanuel de Almeida Farias Júnior e Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Coordenação da Pesquisa deste boletim: Reginaldo Conceição da Silva

ISSN: 2675-2263

1. Povos indígenas. 2. Conflitos. 3. Amazônia. I. Título.

BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE BOM JARDIM, POR EX-CACIQUE AVELINO JANUÁRIO ASSIPAR

A comunidade de Bom Jardim está situada na área de expansão urbana do município de Benjamin Constant, na qual os moradores se autoidentificam como indígenas da etnia Kokama e passam por processo de reconhecimento do local em que vivem como comunidade tradicional em terra indígena. Buscamos entender melhor os processos de fundação, desenvolvimento e conquistas obtidas com o passar dos anos. Realizamos, assim, uma conversa com seu Avelino, ex-cacique e um dos moradores mais antigos da comunidade, que se seguiu da seguinte forma:

Novamente a gente vai renovar as historia, por que na época, em cinquenta e cinco (1955), quando eu cheguei aqui né dia vinte e quatro de julho, isso aqui vamos dizer que era tudo mato, tinha só umas cinco casas aqui que era tudo de parente e tinha a casa de morada que também servia de escola, a estrada passava por aqui na beira do rio, era só o caminho que ia subir lá no porto do hospital, depois que eu cheguei aqui a escola ficava aí na casa do “Manungo”, o Luciano, que era a casa de morada né, não tinha escola e não tinha nada, a professora na época era a dona Ondina, daí de Benjamin e ela só vinha duas vez por semana ensinar os meninos aqui. [...]

Bem, eu fui morar ai na frente numa ressaca, bem ali em cima porque essa ilha daí da frente era uma só e os meus filhos já estavam grandes, eu coloquei eles pra estudarem aí na escolinha, até que um dia o “Manoel Lopes” reclamou que estavam sujando a casa da mãe dele e quem quisesse colocar seu filho pra estudar tinha que levar pra cidade, que lá tinha escola pra isso. Na época só eram cinco famílias acharam ruim, então o que eu falei ‘pra’ pessoal, o que a gente pode fazer? Eu, por mim, a gente pode fazer uma escola e que palha branca aqui tinha muito. Aí eu disse: “quem concorda comigo da gente fazer uma escolinha aí na frente e vamos fazer a escola e depois a gente consegue uma professora ou professor para ensinar os nossos filhos”. Então nós se juntamos e fomos tirar madeira aí na capoeira e construímos a escola aí nesse terreno na frente onde é a casa do Alirio [atual liderança], que tudo era mato e nós abrimos o lugar lá. Aí nós fizemos a escola de 5x4, aí nós fomos procurar professor por que não tinha, a gente foi até na prefeitura pedir um professor para nossa escola e na época era difícil professor então faltava seis meses para acabar o ano e a Lucia, que era aluno, ficou ensinando e aprendendo com os outros alunos até findar o ano. E naquele ano 1957 o Roberto, aí do Cordeirinho, disse para mim que a gente tinha de ir atrás de um professor para nossa escola. Aqui por que se não nós íamos perder ela. Então nós fomos lá no Umariacú atrás de um professor Ticuna que falava bem o português, então e de maneira que o professor que nos colocamos aqui foi o Paulo Mendes, que nos escolhemos e ele lecionou um ano e dai teve uma confusão com o pessoal do Cordeirinho e nós entregamos a escola para eles. Quando nos entregamos à escola para ele lá, e aí eu formei outra escola bem aí onde é a quadra agora, aí nós colocamos uma de 7x4 que já tinha quinze alunos, isso nos anos de 1960 já. [...]

E em 1972 já chega o missioneiro José Francisco da Cruz plantando Cruz aqui, no dia 15 de junho nós fomos buscar ele lá na Honda (ilha em frente a Leticia-CO), para plantar essa Cruz que tinha aqui e então já por integração dessa Cruz já chegam muita gente e aí já deu 40 e poucos alunos.

Aí eu foi brigar na época nem o prefeito da época, como até hoje, o prefeito liga para nós aqui. Aqui sempre foi conhecido como Bom Caminho. Bem, aí eu corri em 1980 nesse tempo era o finado João Correia de Oliveira. Eu fui lá com ele e ele não ajudava porque tinha escola na cidade. Eu falei ‘pra’ ele sim que eu queria apoio de vocês ‘pra’ escolinha da nossa comunidade porque, nossa comunidade já está crescendo. Daí, até que um dia, ele disse que ia ajudar com o zinco, listão, carpinteiro e material, pra tirar a madeira nós daqui se reunimos de novo ‘pra’ tirar a madeira daqui de trás do varador e atravessava o igarapé do Santo Antônio pequeno daqui de trás e o outro igarapé grande, lá de trás onde a gente plantava [...]. Aí construímos e aumentamos aí perto onde é a igreja, beirando o barranco e nós montamos uma escola de 12x8 (local onde é a atual escola) e na época que nos aprontamos já tinha 59 dos que ficaram aqui do tempo da Cruz.

A antiga escolinha transformamos em uma escola que se chamava de clube de Mães, então ganhamos esse [terreno] de 8x12 e aí eu convidei a mulherada - que a maioria são falecidas já - que era elas que eram minhas companheiras de trabalho e eu fiz uma reunião com todas elas. Nós já ganhamos uma escola grande e agora essa escolinha que foi feito com colaboração de vocês, então e de maneira que ficou decidido na reunião que esse lugar aí ia ser Clube de Mães. Para quando nós daqui fizesse uma festa, uma reunião para ser feito nesse lugar aqui, mais com o passar do tempo, infelizmente, nós não temos mais esse lugar aqui na nossa comunidade. Esse Club de Mãe ficou com médico, ficou enfermeira, ficou com dentista e ficou com doutor médico que fazia cirurgia, então e de maneira que esse foi o primeiro lugar que funcionava nosso posto de saúde aqui.

Em 1980 chega o pessoal da FUNAI valorizando o direito dos indígenas, daí nós viemos 'pra' reunião com esse pessoal, que explicaram de uma lei que estão apoiando os indígenas como o Ticuna, o Kokama, o Kaixana e esse tipo de índio, tá fazendo o levantamento e o vice-presidente da FUNAI veio pra reunião aqui e saber quem era os indígenas que moravam por aqui naquela época.

Em 2000, aí pra 2002 fizeram eleição e eu fui eleito 'pra' Cacique aqui de Bom Jardim, na reunião com as autoridades e então, em dois mil eu já comecei brigar sobre o reconhecimento, o respeito e demarcação dessa área aqui, pra começando daquele dia ela já poderia ser reconhecida como uma área indígena, bom, aí quando foi em dois mil e três eu fiz a primeira demanda e mandei pra Brasília, então quando foi no dia 10 de julho de 2003 chegou a resposta que o Bom Jardim ia ser demarcada em 2010 ser feitos todos os estudos com os antropólogo e então nós recebemos que eu tenho aqui, aí passou esse tempo e abafou como diz a demarcação dessa área.

Daí eu corri para o Ministério Público que é responsável disso, aí eu fui intimado pelo Ministério Público por que receberam uma denúncia que aqui não tem indígena, aqui não tem Kokama, então e de maneira estamos nessa luta com a prefeitura que não quer reconhecer a gente daqui como indígenas. Por todos esses anos nós vem brigando por melhorias na nossa escola, no nosso posto de saúde, mas, fica difícil se nossa Comunidade não é reconhecida e aí nós estamos todos esses anos esperando reconhecerem a gente aqui para melhorar mais um pouco nossa vida.

Então em 2011, vocês, o pessoal da Cartografia Social da Amazônia, chegaram aqui e fizeram reunião e nós desenhamos o mapa, tiramos ponto de GPS, fizemos picada na mata até a extrema porque nós temos esperança dessa demarcação da nossa área. Porque nós queremos ser reconhecidos como Kokama, a nossa comunidade ter um posto de saúde reconhecido pela SESAI 'pra' melhorar nosso atendimento com os médicos, enfermeiros e dentistas aqui, que a prefeitura reconheça nossa escola como indígena para ensinar nossa língua, nossas músicas, nossa cultura.

Outro problema, que essa demarcação vai ajudar a gente a resolver, é por que o pessoal invade aqui para o centro para tirar madeira, como essa semana mesmos eu vi uma canoa passando aqui na frente com madeira e também nosso espaço aqui está diminuindo muito por que tem gente vindo morar aqui e isso é um problema para quem mora aqui em Bom Jardim.

Bom, através dos contatos dos pesquisadores do projeto como os moradores desta comunidade, em especial com o cacique e moradores mais antigos, já há alguns anos, podemos compreender com mais clareza o processo de crescimento desta comunidade em que os moradores se auto identificam como pertencentes a etnia Kokama. Pode-se notar que este processo histórico tem acontecimentos que atuam como pilares para o desenvolvimento e crescimento local.

Como exemplo, o reconhecimento da prefeitura em relação à escola da comunidade, pois os moradores da comunidade se declaram ser indígenas, adequando o processo de ensino à realidade cultural local e levando em consideração seus aspectos étnicos e históricos.

Quanto à questão da saúde, eles reivindicam junto a Secretaria Municipal de Saúde, SESAI e FUNAI, a melhorias nos atendimentos realizados no posto existente a vários anos na localidade, os benefícios a serem recebidos se este local for reconhecido como uma Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI).

O anseio maior certamente é a demarcação do local e reconhecimento como área indígena junto a FUNAI, já que no passado eles obtiveram resposta da instituição afirmando a comunidade passaria por este processo até o ano de dois mil e dez, fato este que não ocorreu. Esta reivindicação é grande importância, pois, ela auxilia na manutenção dos aspectos culturais e linguísticos locais, a diminuição de conflitos territoriais e sociais ocorridos, devido o contato direto com outras etnias e com não indígenas.

**Prof. Antônio Caldas da Luz, etnia Kokama - Pesquisador do Núcleo do Nova Cartografia Social da Amazônia de Tabatinga (NCSA)
Benjamin Constant, 10 de março de 2020**

HISTÓRICO DO LUGAR

“Meu nome é Elvis Gola Herreira, tenho cinquenta e sete anos, sou da etnia Inca e moro no Bairro Bom Jardim II, no município de Benjamin Constant. Nascido no Peru e residente no Brasil há trinta e cinco anos. Passei a residir aqui, desde mil novecentos e cinquenta e cinco. Na época a [comunidade] tinha em média de vinte a trinta famílias como um todo. Atualmente temos mais de cem famílias residindo na comunidade. Alguns dos moradores mais antigos são: Dom Manoel, popular Coelho, os Irmãos Lucio e dona Lucia, os da família do Dom Pedro Souza, o dom Lourenço e o Dom José Curico. ”

(Elvis Gola Herreira)



Atividade de elaboração dos croquis. Acervo: NCSA, 2019.



Elaboração dos Croquis. Acervo: NCSA, 2019.

“Me chamo Francisco da Silva Moura, tenho 40 anos, sou da etnia Kokama. Moro na comunidade Novo Oriente há vinte anos. Ao todo, residem 26 famílias. A população divide-se em crianças jovens e Idosos. Moram na comunidade 178 pessoas (...). É, no nosso dia-a-dia, esses recursos (...) adquirimos (...) Através da nossa Plantação, né? Mandioca, essas coisas, a verdura, a melancia tudo isso aí é muito importante para a nossa comunidade. A gente pratica a pescaria no dia-a-dia (...), para o povo da comunidade e “pra” Recursos, né? “pra” Financeiro “pra” adquirir uma renda, né? Familiar. ”

(Francisco da Silva Moura)

PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO:



Entrevista com participante da oficina de mapas. Acervo: NCSA, 2019.

língua Kokama na escola, então (...) nessa situação, né? (...) nossa língua, né? Como Kokama [vem] primeiramente, (...) [e em] segundo é nossa língua portuguesa. //

(Francisco da Silva Moura)

“Isso é uma questão que a gente até agora [enfrenta], é uma luta muito árdua “pra” gente como Kokama. Enfrentamos desde 1996. E a gente sabe que, o povo Kokama, ele ‘tá’ no reavivamento da nossa língua, (...) a nossa língua ficou assim, adormecida né? Então a gente está reavivando a nossa língua, então o motivo de a comunidade ser Kokama vem através do meu avô, primeiro morador, Cristóvão Muralhara foi um dos pioneiros (...) na comunidade de Novo Oriente

A preocupação nossa como Kokama, principalmente é... a gente está se preocupando bastante (...) ainda não tem uma disciplina, uma

SEGURANÇA INDÍGENA

“Eu sou a segunda delegada. O primeiro é o seu Camilo, da comunidade Bom Caminho. A segurança indígena surgiu por intermédio do meu primo. Filho do meu tio que assassinaram. O meu tio, que buscava na Funai, na Polícia Federal a tentativa de solucionar os problemas da falta de segurança.

E o que poderia se fazer. A comunidade Filadélfia iniciou com dez voluntários entre eles, pastores e caciques, que se juntaram para combater a violência exagerada. Não podíamos andar mais nas ruas que nos assaltavam, tomavam celular e outros pertences. Meu tio, na época, começou com oitenta e dois seguranças indígenas, atualmente temos cento e cinquenta seguranças indígenas, no comando do Camilo que foi escolhido como presidente dos seguranças indígenas. //

(Izelina Otaviano Guilherme)



Comunidade (Bairro) São Joaquin. Acervo: AÉREO IMAGENS: Fotografias e Filmagens Aéreas.

MINERAÇÃO E CONFLITOS

“[A comunidade] sofre uma grande exploração tanto no peixe e na extração de seixo, como na madeira e animais. Então, isso é muito preocupante [para] nós como morador da comunidade e de pensar no futuro dos nossos netos, filhos e parentes que vão ficar na comunidade. [Temos também a extração] de seixo, né? Mais fica muito longe, o povo tão explorando muito é madeira “pra” fazer carvão, ‘pra’ vender. Então você ver que tá acontecendo aí um desastre no meio ambiente. ”

(Francisco da Silva Moura)



Indígenas elaborando croquis. Acervo: NCSA, 2019.

“Tem muitos conflitos por terra, pessoas não indígenas que dizem ser da comunidade e acaba tendo esses conflitos. ”

(Elvis Gola Herreira)



Apresentação dos croquis elaborados na oficina de mapas. . Acervo: NCSA, 2019



Entrevista com liderança comunitária. Acervo: NCSA, 2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM TABATINGA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE TABATINGA



O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu agente signatário, com base no Inquérito Civil Público nº 1.13.001.000002/2009-21, em anexo, e alicerçado nos artigos 5º, inciso LXXVIII; 20, inciso XI; 127, *caput*, e 129, inciso III e V; 221, inciso IV; 231, *caput*, e § 1º, todos da Constituição Federal de 1988; artigos 5º, inciso III, e; 6º, inciso VII, alíneas *c* e *d*; todos da Lei Complementar nº 75/93; artigos 1º, incisos IV; 2º; 3º; 5º, *caput*; e 19 da Lei nº 7.347/85, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA
com pedido de decisão liminar

em desfavor da FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, pessoa jurídica de direito público interno, representada pelo Procurador-Chefe neste Estado, com endereço para citação na R. Maceió, 224 - Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69057-010, e da UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, que poderá ser cientificada de seus atos processuais na pessoa de seu Procurador-Chefe local, com endereço em Av. Tefé, 611 - Cachoeirinha, Manaus - AM, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1. DOS FATOS

DA OCUPAÇÃO TRADICIONAL NA TERRA INDÍGENA BOM JARDIM II PELA ETNIA KOKAMA

Habitantes do Solimões, o contato dos Kokama com a sociedade não-indígena remonta às primeiras décadas da colonização. Os aldeamentos e deslocamentos forçados, impostos primeiramente pelas missões e depois pelas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM TABATINGA

frentes extrativistas, acabaram criando um contexto tão adverso de reprodução física e cultural desses grupos, que lhes suscitou a negação da identidade indígena por muitas décadas. Desde os anos de 1980, porém, a identidade Kokama vem sendo cada vez mais valorizada no contexto de suas lutas políticas – que incluem outros povos indígenas do Solimões – por terras e acesso a programas diferenciados de saúde, educação e alternativas econômicas.

Nesse contexto se insere a reivindicação pela ocupação tradicional das terras em diversos pontos do Alto Solimões.

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou o Inquérito Civil Público nº 1.13.001.000002/2009-21 (DOC. 1), para apurar “conflitos gerados por loteamento de terras de não-índios em terras indígenas, no Município de Benjamin Constant” (Portaria 43/2011/1º ofício/ PRM/TBT).

Em verdade, toda a apuração levada a cabo nos autos administrativos objetivou identificar a natureza da ocupação da terra em comento, os conflitos surgidos a partir da ocupação não-autóctone de terceiros, a relação entre a mora da FUNAI em realizar estudos aprofundados na área e definir pelo prosseguimento da declaração de terra indígena tradicional, entre outros.

Como breve síntese das investigações, pode-se verificar que os indivíduos KOKAMA se dirigiam rotineiramente às instalações da PRM-TABATINGA para representar em desfavor de loteamentos de terceiros dentro das terras ocupadas pelos KOKAMA, da construção de casas por famílias de moradores não indígenas no local e da omissão da prefeitura de Benjamin Constant em se abster de incentivar o crescimento da cidade em direção às terras indígenas.

A FUNAI, em diversas passagens do investigatório, por meio de diversos órgãos descentralizados de sua estrutura, veio aos autos administrativos relatar o cronograma de trabalhos no Amazonas, registrando-se que a terra em comento, em momento algum, esteve em estágio avançado ou acelerado de trabalhos.



00010235420164013201

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
 SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TABATINGA

Processo Nº 0001023-54.2016.4.01.3201 - 1ª VARA - TABATINGA
 Nº de registro e-CVD 00024.2018.00013201.2.00801/00128

II.C) DO CASO CONCRETO

Perquirindo os documentos juntados aos autos, verifica-se que, pela Informação Técnica e ofício da FUNAI juntados aos autos (fls. 354/356v, 363/363v, 426/428v.), os registros de reivindicações de demarcação de eventuais terras indígenas em favor do grupo indígena KOKAMA no município de Benjamin Constant/AM estão na fase de qualificação, momento em que se deve amearhar de indícios da existência das terras reivindicadas.

Também constata-se a ausência, nos autos, de provas decorrentes de estudo antropológico de identificação, estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental e o levantamento fundiário para delimitação territorial que, por ventura, tenham sido realizados nas aludidas terras reivindicadas. Deste modo, não há prova suficiente de que as referidas terras reivindicadas são ocupadas de forma tradicional por indígenas não integrados desde a vigência da Constituição e dos exatos limites de sua extensão.

Igualmente não há prova nos autos de omissão da FUNAI ou da UNIÃO na demarcação pretendida, ressaltadas a competência e autonomia daquela autarquia para, na fase de qualificação em que tal pretensão se encontra, decidir se há ou não indícios suficientes para motivar uma abertura de um processo de demarcação de terras reivindicadas como indígenas. Ao contrário, há até indícios nos autos de excesso de demanda para demarcação de várias possíveis terras indígenas por todo o território nacional acometendo a FUNAI e os órgãos competentes da UNIÃO frente a montante de recursos públicos disponibilizados para sua satisfação (fls. 110/122v.).

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO CLAUDIO GABRIEL DE PAULA SAIDE em 16/03/2018, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.
 A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 1568513201226.

Pág. 17/19



Atividade de Entrevista. Acervo: NCSA, 2019.

“ A gente usa na Comunidade, várias plantas medicinais que servem pra vários tipos de doenças, né? E nós nunca deixamos de usar, até no momento a gente tá usando, como, a hortelã, [que serve] pra gripe, né? “pra” outro tipo de resfriado né? Aí temos é (...) uma planta chamada “folha de rato”, é uma plantinha, isso serve “pra” fazer o chá, “pra” febre, então essas coisas que a gente usa ainda. Se perderam várias plantas medicinais que já não tem na comunidade, como o alho bravo, né? (...) O mastruz né? tem o cravo “pra” outros tipos de doença, né? E outras plantas que não tem mais na comunidade. ”

(Francisco da Silva Moura)

ILHA DO ARAMAÇÁ

“ Como morador da comunidade há prática de pesca e plantio. Plantamos aqui na ilha do a Aramaçá, que fica em frente a [comunidade], conhecida como “ilha pesqueira”. Essa ilha conheço desde o seu nascimento. Na época eu tinha entre vinte e dois, vinte e três anos. O que mais pescávamos era Curimatã, Piau, Branquinha, e poucos peixes, como: Surubim, Tambaqui e Pirapitinga. ”

(Elvis Gola Herreira)



Ilha Aramaçá (foto aérea). Acervo: AÉREO IMAGENS: Fotografias e Filmagens Aérea.

OFICINA DE MAPAS

“Essa oficina é muito importante pra mim, né? E também de mostrar o mapa, né? Principalmente o mapa mental, né? Entendo assim, o mapa mental é tudo o que eu ‘tô’ fazendo. É tudo que eu imagino lá [de] dentro da minha comunidade. O espaço geográfico ali, né? Então, isso é muito importante pra mim. Vou deixar esse mapa, [para] que, um dia seja um suporte pra nossa comunidade e que possa trazer benefício ‘pra’ nossa comunidade. ”

(Francisco da Silva Moura)



Jovens Indígenas participando da elaboração dos croquis. Acervo: NCSA, 2019.



Pesquisador Indígena realiza entrevista. Acervo: NCSA, 2019

“ Então ngegumarü tchauega corigawa rü, Sanderlei Almeida Fortes, ni’i, cã rü tchorü maiyueganã’cü nama tho taca’ rü cata ’cü erü tchamarü, ôtacâtchi’, rü duü âtchi’ietchi’i nhemaca, ru nuã da’a ienané?’ma tchã qua’ü, caã, como caciqui tchi’ cã, da’a Bom Jardim 1 arü cã, rü ngema’ãcü ni’, nuã’ni ta nhemaügü’rü naca ta daugü, erü durante muito tempo, marü nha’ã, vida pública, rü toü narü ngumae, ngemaca n , meã ta maetchuüca ni’, nawa i nhaa moradiagü, então ngemaca na importante ngema nhaã cartografia, to’ ngemaãcuta nu’ ta quae’ ca n ngeta ta toegu’, namã ngema nané?Tügü rü nhuã’tchi, nuna ta daugü ’ca, rü aurimã to na importante tané?güau nhuãcü nü ta qua’üca ta dicama namaã ta toegü’ ca i nané?tügü, tané?güca, nhaã área indígena, mhemaca na delimitaüca, rü na ngema’ca, rü muitos vezes rü nhaã yatügü tü’ na discrimina nhaã tho ’gü, ngemaca na inportanti’i nhaã cartografia.

Rü to’õ nuã ta ngemagü’ tama to’ ricaní, tanto daama torü parentegü’utanii, Tikunagü, Kokamagü’uta importante na nuna’nadaugü’ ca i na preserva’uca nhaã naané?gü tama na gü’ ca erü nhaã natureza na güegü rü, nhaã aquecimento global rü cada vez na ta’ütchima tama nuna i daugü’gü nhaã taané?gü e nhumatchi torü naegü i marü na taue’i nüna i daugü’ torü naané?gü.

Meu nome em português é, Sanderlei Almeida Fortes, e na língua indígena é Cataucu, sou Clã de Galo, com pena, sou cacique de daqui de Bom Jardim 1, sou da etnia Tikuna.

Então eu como liderança aqui, a minha preocupação, muitas vezes a gente sentimos, sobre a demarcação da terra, porque muitos de nós somos discriminados pelos brancos, né? E não só pelos brancos também, pela instituição como Prefeitura, né? E outras em instituições sempre somos discriminados, ele nunca deu valor para o povo indígena.

Como a nossa Lei, que está na Constituição Federal, que está assegurada, [artigos] 231, e 232 do artigo, é por isso que somos indígenas, temos direito de reivindicar, a nossa educação, porque nossa preocupação é educação, porque tem que ter o próprio Professor que ensina na língua Tikuna, porque ‘pra’ não perder a sua língua, porque muitas vezes como está acontecendo com os nosso parentes Kokama, que já perderam sua língua, então como nós somos Tikuna, nós queremos assim breve possível, as instituições como Prefeitura, tem que garantir e construir a escola “pra” poder onde o professor dar aula, a sua disciplina própria, sua forma de educar, ‘pra’ poder as crianças fazer artes, artesanatos, medicamentos tradicionais. É por isso que é muito importante, né?

Então a Cartografia, né? Do mutirão é importante “pra” nós preservar nosso meio ambiente, preservar as nossas plantas, os animais. Então é muito importante a gente cuidar. Se a gente não cuidar, daqui mais 30 anos, não vai ter nada como antes. Como animais cutia, anta, nossos peixes são por isso importante a delimitação da área, “pra” poder preservar. Então, eu como cacique, minha preocupação é muitas vezes a gente quer ir lá na Assembleia Geral, no Congresso em Brasília, muitas lideranças fizeram, reivindicando seus direitos, mas realmente não foi respeitado, próprios os grandes líderes, pisaram em cima da Lei. Mas, como nós somos indígenas, a gente [não pode passar por] cima da lei “pra” poder conseguir alguma coisa dessa comunidade. Então, a preocupação da comunidade,[diante dos] muitos fundiários no município daqui, ele discriminou pela sua terra, pela sua madeira, né?, Então porque não pode acabar com a nossa madeira....daqui ‘pra’ frente o aquecimento global com o ar puro que nos sentimos, daqui se a gente acabar com a natureza, com certeza a gente vai ter ar contaminado, né? Isso através se a gente não cuidar então a doença vai matar o ser humano, porque a gente não preserva a natureza. Então é isso. ”

(Sanderlei Almeida Fortes)
Cacique de Bom Jardim 1

“Habitantes do Solimões, o contato dos Kokama com a sociedade não-indígena remonta às primeiras décadas da colonização. Os aldeamentos e deslocamentos forçados, impostos primeiramente pelas missões e depois pelas frentes extrativistas, acabaram criando um contexto tão adverso de reprodução física e cultural desses grupos, que lhes suscitou a negação da identidade indígena por muitas décadas. Desde os anos de 1980, porém, a identidade kokama vem sendo cada vez mais valorizadas no contexto de suas lutas políticas - que incluem outros povos indígenas do Solimões - por terras e acesso a programas diferenciados de saúde, educação e alternativas econômicas.

Nesse contexto se insere a reivindicação pela ocupação tradicional das terras em diversos pontos do Alto Solimões.

O Ministério Público Federal (PMPF) instaurou o **Inquérito Civil Público nº 1.13.001.000002/2009-21 (DOC. 1)**, para apurar “conflitos gerados por loteamento de terras de não-índios em terras indígenas, no Município de Benjamin Constant” (Portaria 43/2011/1º ofício/PRM/TBT).

Em verdade, toda a apuração levada a cabo nos autos administrativos objetivou identificar a natureza da ocupação da terra em comento, os conflitos surgidos a partir da ocupação não-autóctone de terceiros, a relação entre a mora da FUNAI em realizar estudos aprofundados na área e definir pelo prosseguimento da declaração de terra indígena tradicional, entre outros.

Como breve síntese das investigações, pode-se verificar que os indivíduos KOKAMA se dirigiam rotineiramente às instalações da PRM-TABATINGA para representar em desfavor de loteamentos de terceiros dentro das terras ocupadas pelos KOKAMA, da construção de casas por famílias de moradores não indígenas no local e da omissão da prefeitura de Benjamin Constant em se abster de incentivar o crescimento da cidade em direção às terras indígenas.

A FUNAI, em diversas passagens do investigatório, por meio de diversos órgãos descentralizados de sua estrutura, veio aos autos administrativos relatar o cronograma de trabalhos no Amazonas, registrando-se que a terra em comento, em momento algum, esteve em estágio avançado ou acelerado de trabalhos.

Veio ainda assinalar que os critérios para priorização são abstratamente postos em diversas comunicações não contemplavam a TI BOM JARDIM II. Em relação à etnia KOKAMA, as prioridades da FUNAI eram aquelas das TIs RIOZINHO e SÃO GABRIEL/SÃO SALVADOR (fl. 94 do ICP).

Em verdade, a etapa inicial de todo o procedimento demarcatório chama-se vulgarmente de “qualificação”, e se inicia desde a reivindicação do grupo, podendo se estender *ad eternum*.

Nessa fase a FUNAI se manifesta no sentido de receber e colher elementos iniciais da viabilidade da presença dos requisitos mínimo para a deflagração da demarcação.

No caso dos autos administrativos está claro que não há qualquer avanço na qualificação, e a FUNAI, muito provavelmente, mantém procedimento e qualificação aberto e autuado na DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL, em Brasília, recebendo documentos e manifestações sem qualquer perspectiva de desfecho ou direcionamento do fim dessa etapa. **E assim o é porque não considera tal reivindicação prioritária, do que discorda o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.**

A reivindicação data de 2003 em termos de formais, e não há dúvidas de que, nada obstante estar a comunidade localizada a 40 minutos da sede de Benjamin Constant/AM, podendo claramente ser identificado como um espaço de conurbação urbana (v. fl. 22).

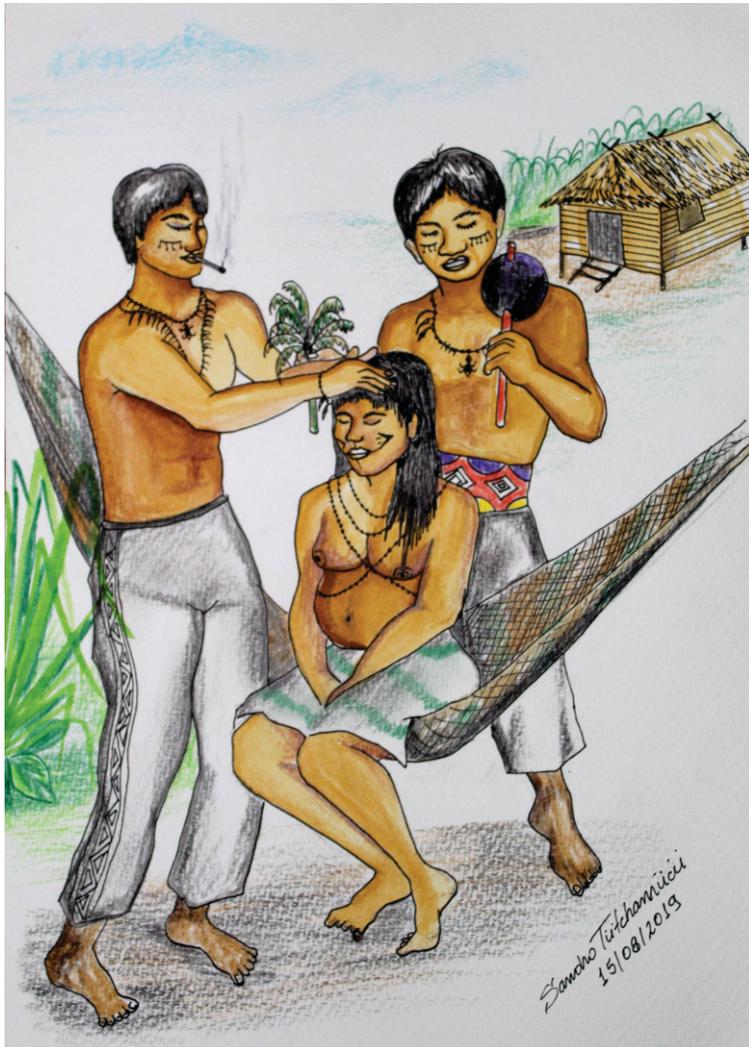
O risco de dano grave e irreparável reside não só nos diversos conflitos agrários pela terra, decorrentes na ocupação do território ocupado pelos KOKAMA por terceiros não indígenas, mas também do futuro e inevitável açambarcamento da TI BOM JARDIM II pela zona urbana da cidade de Benjamin Constant/AM.

A simbiose da urbe com a TI, cujos ocupantes necessitam de espaços livre para sua existência, autodeterminação e vivência de seu modo de vida tradicional, implicaria a assimilação inexorável dos indivíduos indígenas pelas camadas populares inferiores que ali residiriam (visto se tratar de bairro periférico de expansão não programada, cuja experiência mostra ser ocupado tradicionalmente por camadas urbanas inferiores).

Sintomático que a Exma Prefeito, à fl. 143, assinala inexistir plano diretor na municipalidade, donde se conclui que a expansão urbana para as terras da BOM JARDIM II é aleatória e alheia a qualquer plano de ordenamento urbano ou rural que leve em conta as necessidades de serviços públicos locais e das populações afetadas.

Desnecessário se concluir que, se relegado ao descaso por mais alguns anos ou décadas, a população indígena tradicional ocupante do território será assimilada pela população urbana, no que toca ao seu modo de vida tradicional, ou terá de migrar para outra área afastada. ▀

MOVIMENTO DAS PARTEIRAS E SABEDORES TRADICIONAIS DO ALTO SOLIMÕES



“ É com imensa satisfação que participo orgulhosamente deste trabalho que tem como objetivo em monitorar e registrar os trabalhos das parteiras e médicos tradicionais (Yuucügü), pessoas que curam com os espíritos da natureza (O Pajé) e como artista, ilustro este trabalho que valoriza o conhecimento empírico fitoterápico dos pajés e parteiras tradicionais.

Contam os antigos Yuucügü (O Pajé) que algumas arvores e animais tem o poder de cura para ajudar no trabalho do curandeiro, quando a pessoa fica doente, chamam o pajé e o pajé chamam os espíritos para curar as pessoas doentes, e os espíritos entram no corpo dos pajés. Há também espíritos que o pajé chama na hora de fazer o seu trabalho, o boto Tucuxí e a Sereia, mãe das águas, o Curupira e o Espírito da Árvore Sumaumeira.

A, nossa riqueza está na terra, na terra podemos formar aldeias e a floresta que cobre a terra que nos dá caça, remédios, frutas. Da floresta vem às histórias para contar e os espíritos que ajudam a curar. Nossa vida anda junto com a floresta.

É assim na aldeia da Terra Indígena Umariçu II - AM, do povo Ticuna. As mulheres indígenas Magütagü Ticuna Mulheres Gravidas “Nheã ããcügü’é” se cuidam desde antigamente quando a medicina ocidental não tinha na comunidade elas já faziam consulta com Pajé o Yuucü e fazem consulta com Parteiras Tradicionais geralmente essa consulta ocorria dentro das casas das parteiras e se for possível com assistência do Pajé.

Vale falar um pouco dos feiticeiros que utilizam os espíritos para fazer feitiços malignos para fazer com que as pessoas adoçam, segundo os Yuucügu esses feiticeiros fazem feitiço com uma impressão de inveja da pessoa para depois espiritualmente fazer a vítima adoecer.

Durante a consulta as parteiras preparam chá medicinais fitoterápicos para sua paciente e orientam o que ela deve fazer durante a sua gestação como também o pajé tem um papel muito importante na vida das gestantes indígenas como na cura através dos espíritos da mata da mãe da água e dos animais.

Yuucü - Pajé, Rezador, pessoa que cura com os espíritos

Iraacüe - Parir Gestante

Nheã ããcügü’é - Mulher Gestante ou Grávida

Magütagü - Povo Pescado, Povo Ticuna. ▄

(Sandro do Carmo Ferreira)
Tikuna do Clã Avai

1. Boletim Indígenas Gamela no Cerrado Piauiense.
2. Ribeirinhos, Pescadores e Pescadoras do Vilar e Moju na Ilha Xingu-Pae Santo Afonso: Território e Resistência de Nossas Origens.
3. Boletim Informativo dos Povos Indígenas do Vale do Javari.
4. Cartografia Social do Baixo Tocantins até sua Foz no Rio Pará, ao Sul da Ilha de Marajó: Povos e Comunidades Tradicionais na Rota dos Grandes Empreendimentos, no Pará.
5. A Guerra no Território do Conde: Comunidades Tradicionais, Migrantes, Estado e Empresas na Disputa Territorial.
6. Trabalhadores da Agricultura Familiar: Acampados Oprimidos pela Mineração em Canaã dos Carajás.
7. Pescadores e Ribeirinhos Sudeste do Pará.
8. Raízes e Lutas da Comunidade Quilombola São Joaquim.
9. Comunidade Geraizeira Pindaíba-MG.
10. Cartografia Social de Paracatu de Baixo, Mariana (MG).
11. Povo Omãgua Kambeba: Mobilização Política e Resistência nos Territórios Indígenas do Alto Solimões.
12. Quilombolas, Pescadores, Ribeirinhos e Extrativistas sob efeitos sociais e ambientais da UHE -Tucuruí e ameaçados pelos projetos da Hidrovia do Tocantins-Araguaia.
13. Povos Kokama e Tikuna de Benjamim Constant (Am) - Movimento pela Demarcação da Terra Tradicionalmente Ocupada.



Atividade de elaboração dos croquis.
Acervo: NCSA, 2019.

Financiamento:



Climate and
Land Use Alliance

Realização:

PNCSA
Projeto Nova Cartografia
Social da Amazônia

Movimentos dos
Povos Kokama e Tikuna de
Bom Jardim Benjamin Constant

Apoio:



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGCSPA

Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social
e Política da Amazônia



Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia

**AÉREO
IMAGENS**